



Número: **0816596-65.2019.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **25ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **05/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JHONATHAN BEZERRA DE SOUZA (AUTOR)		ROCCO MELIANDE NETO (ADVOGADO)	
MAPFRE SEGUROS (RÉU)		ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (ADVOGADO)	
URAI DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
56994892	23/06/2020 15:27	<a href="#">RECURSO DE APELAÇÃO AUTOR JHONATHAN BEZERRA DE SOUZA E OUTRO</a>	Outros documentos

**Escritório de Advocacia Dr Rocco Meliande Neto**  
**OAB/RN3384-B** Cível, Trabalhista, Previdenciário, Criminal, DPVAT,  
Empresarial, Juizados Especiais Tributário

e-mail [roccomneto@hotmail.com](mailto:roccomneto@hotmail.com) TEL: 988895797(OI) e 994111088(CLARO)



MM JUIZ DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL \_ NATAL RN

**JHONATHAN BEZERRA DE SOUZA e ROCCO**

**MELIANDE NETO** , [ambos devidamente qualificados](#) nos autos deste processo que move contra o **MAPFRE SEGUROS**, pessoa jurídica de direito privado, vem respeitosamente perante V. Exa., por seu advogado abaixo assinado, interpor **RECURSO DE APELAÇÃO ADESIVO**, para o devido processamento na forma da Lei, em ambos os efeitos (**devolutivo e suspensivo**), junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, nos termos dos artigos. 1.009/1.014 c/c art. 997, § 1º do C.P.C., registrando que litiga sob o pálio da assistência judiciária, conforme id [42552820](#), reconhecida na sentença de id [56295994](#).

Nestes termos, pede deferimento.

Natal, RN, segunda-feira, 8 de junho de 2020

ROCCO MELIANDE NETO OAB/RN 3.384-B

Rua João Pessoa, 198, sala 303, Natal, RN, CEP.: 59.025-500



**Escritório de Advocacia Dr Rocco Meliande Neto**  
**OAB/RN3384-B** Cível, Trabalhista, Previdenciário, Criminal, DPVAT,  
**Empresarial, Juizados Especiais Tributário**

e-mail [roccomneto@hotmail.com](mailto:roccomneto@hotmail.com) TEL: 988895797(OI) e 994111088(CLARO)



**Exmo(s). Sr(s). Dr(s). Desembargador(es) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.**

**PROCESSO Nº: 0816596-65.2019.8.20.5001**

**APELANTE: JHONATHAN BEZERRA DE SOUZA e ROCCO MELIANDE NETO**

**APELADO: MAPFRE SEGUROS**

EGRÉGIO TJRN

RAZÕES DO RECURSO ADESIVO

COLEDA CÂMARA

CONFORME EXPOSTO NA PETIÇÃO INICIAL A PRESENTE AÇÃO SE TRATA DE RECEBER DIFERENÇA DA INDENIZAÇÃO DPVAT EM QUE O AUTOR NÃO RECEBEU ADMINISTRATIVAMENTE O VALOR CORRETO.

PARA TANTO NA PETIÇÃO INICIAL REQUER A *“Seja a ré condenada ao PAGAMENTO da indenização do Seguro Obrigatório – DPVAT, no valor com base no laudo pericial definitivo que será produzido durante a instrução processual da indenização devido ao autor na forma dos artigos 3º, alínea b e 5º parágrafo 1º alínea a, da Lei nº. 6.194/74”. ID [42537593](#)*

Rua João Pessoa, 198, sala 303, Natal, RN, CEP.: 59.025-500



**Escritório de Advocacia Dr Rocco Meliande Neto**  
**OAB/RN3384-B** Cível, Trabalhista, Previdenciário, Criminal, DPVAT,  
**Empresarial, Juizados Especiais Tributário**

e-mail [roccomneto@hotmail.com](mailto:roccomneto@hotmail.com) TEL: 988895797(OI) e 994111088(CLARO)



O LAUDO APONTOU PARA 25 % MEMBRO INFERIOR ESQUERDO que dá direito ao autor o valor de R\$ 2.362,50, que subtraído pelo valor recebido administrativamente no importe de R\$ 1697,50 que perfaz a condenação de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais)..

Consequentemente a sentença julgou em seu dispositivo o seguinte:

Diante do exposto, com fundamento no art. 487, I, do CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO**, para condenar o(a) demandado(a) **MAPFRE SEGUROS** a indenizar a parte autora **JHONATHAN BEZERRA DE SOUZA**, no montante de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), acrescido de juros legais (1% ao mês), contados a partir da citação (art. 405 do Código Civil, art. 240 do CPC e súmula 426 do STJ) e correção monetária contada a partir do pagamento a menor, de acordo com os índices do INPC (STJ: REsp 788712/RS; REsp 746087 / RJ; AgRg no Ag 1290721 / GO).

Diante da sucumbência recíproca, condeno ainda ambas as partes ao pagamento das custas e dos honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) do valor da condenação, *pro rata*, na proporção de 70% à parte autora e 30% à ré. Todavia, em relação ao autor, essa condenação fica sob condição suspensiva de exigibilidade nos termos do art. 98, § 3º, do CPC, posto que beneficiário(a) da justiça gratuita.

Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos independentemente de nova conclusão.

Custas na forma da lei.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Natal/RN, 29 de maio de 2020

Rua João Pessoa, 198, sala 303, Natal, RN, CEP.: 59.025-500





## **ROBERTO FRANCISCO GUEDES LIMA**

Juiz de Direito

O PONTO CONTROVERTIDO do presente Recurso é (são) o(s) seguinte(s) tópico(s):

01) Expor que não ocorreu pela procedência parcial da presente ação e sim a procedência dos pedidos autorais eis que foi requerido em sua petição inicial que *“Seja a ré condenada ao PAGAMENTO da indenização do Seguro Obrigatório – DPVAT, no valor com base no laudo pericial definitivo que será produzido durante a instrução processual da indenização devido ao autor na forma dos artigos 3º, aliena b e 5º parágrafo 1º alínea a, da Lei n.º. 6.194/74”*. ID [42537593](#)

Conseqüentemente NÃO PODERIA O JUIZ A QUO CONDENAR O AUTOR ORA APELANTE EM HONORÁRIOS RECÍPROCOS.

Um dos objetivos do presente apelo é a reforma da sentença, quanto à necessidade de condenação da Recorrida em custas e **honorários** advocatícios, mesmo albergado pela Gratuidade de Justiça, posto que a referida decisão julgou procedente parcial o pedido autoral de indenização por acidente automobilístico no montante de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), condenando cada uma das partes a arcar com as

Rua João Pessoa, 198, sala 303, Natal, RN, CEP.: 59.025-500



**Escritório de Advocacia Dr Rocco Meliande Neto**  
**OAB/RN3384-B** Cível, Trabalhista, Previdenciário, Criminal, DPVAT,  
Empresarial, Juizados Especiais Tributário

e-mail [roccomneto@hotmail.com](mailto:roccomneto@hotmail.com) TEL: 988895797(OI) e 994111088(CLARO)



custas processuais e honorários sucumbenciais recíprocos no importe de 10% sobre o valor da condenação *in casu* R\$ 67,50 ( 10% sobre R\$ 675,00) , sendo 30% do valor devido pela Demandada que perfaz o valor de R\$ 6,75 e 70% que perfaz o valor de R\$ 47,50 pelo Demandante.

Pois bem. Analisando as peculiaridades do processo, se observa que assiste razão a parte Apelante. A verba honorária não foi fixada corretamente pelo juiz na sentença, afrontando a determinação inserta no art. 20 e seus parágrafos, do Código de Processo Civil, devendo tal equívoco ser reparado nesta oportunidade.

Em verdade, o pedido da Autora, ora Apelante, cingiu-se especificamente para a condenação da Requerida ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT com base na porcentagem de invalidez apurada pelo PERITO DO JUÍZO, acrescida de correção monetária e juros de mora, dando a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e não, solicitando a mencionada quantia como indenização, como entendeu o douto magistrado *a quo*.

Dessa maneira, uma vez que a fixação do valor requerido ficou a cargo do grau de invalidez a ser apurado por meio do laudo pericial do PERITO DO JUÍZO, conforme a inicial, evidente que a sucumbência será integralmente suportada pela parte Ré, ora Recorrida.

Em face do acima exposto requer o conhecimento do presente recurso e que seja dado provimento ao mesmo no sentido de que seja julgada procedente a presente ação e que o ônus sucumbenciais de 10% sobre o valor de R\$ 675,00 e as custas judiciais seja arcadas TÃO SOMENTE PELA PARTE RÉ ORA APELADA.

02) verificar se o percentual de 10% a título de honorários sucumbências sobre o valor apurado pela perícia, *in casu*, R\$ 67,50 OU R\$ 47,50 (70% SOBRE OS 10% NO VALOR DA CONDENAÇÃO R\$ 675,00), DEVERÃO SER CONSIDERADOS ÍNFIMOS E QUE EM CASO POSITIVO PODERÁ SER ARBITRADO PELO JUÍZO E OU ESTA CÂMARA DE ACORDO COM O CRITÉRIO IMPOSTO PELO ARTIGO 85, §8º DO NCPC.

Rua João Pessoa, 198, sala 303, Natal, RN, CEP.: 59.025-500



**Escritório de Advocacia Dr Rocco Meliande Neto**  
**OAB/RN3384-B** Cível, Trabalhista, Previdenciário, Criminal, DPVAT,  
Empresarial, Juizados Especiais Tributário

e-mail [roccomneto@hotmail.com](mailto:roccomneto@hotmail.com) TEL: 988895797(OI) e 994111088(CLARO)



Cinge-se também a questão quanto ao valor dos honorários advocatícios arbitrados pelo Juiz de primeiro grau.

O § 2º do art. 85, do CPC, ao fixar os limites máximo e mínimo de dez e vinte por cento quando do arbitramento da sucumbência, estabelece uma ordem de preferência objetiva para indicação da base econômica da qual será aplicada essa porcentagem. Vejamos:

*"Art. 85 A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.*

.....

**§ 2º. Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos: (...)"** (grifos acrescentados)

Sendo assim, o comando da norma supramencionada impõe uma clara subsidiariedade entre as bases econômicas/financeiras que basearão a porcentagem dos honorários advocatícios a serem arbitrados, sendo sempre primeiro sobre o valor da condenação.

Na sua falta, o proveito econômico obtido do comando judicial. Não sendo possível nenhuma das opções anteriores, sobre o valor atualizado da causa.

No caso concreto, é evidente que o valor da indenização, apesar de ínfimo, emana proveito econômico.

Rua João Pessoa, 198, sala 303, Natal, RN, CEP.: 59.025-500



**Escritório de Advocacia Dr Rocco Meliande Neto**  
**OAB/RN3384-B** Cível, Trabalhista, Previdenciário, Criminal, DPVAT,  
Empresarial, Juizados Especiais Tributário

e-mail [roccomneto@hotmail.com](mailto:roccomneto@hotmail.com) TEL: 988895797(OI) e 994111088(CLARO)



Por outro lado, tendo-se em mente que a indenização foi fixada no valor de **R\$675,00**, ainda que se fizesse necessária a fixação no patamar máximo de **20% (vinte por cento)** sobre o valor da condenação restaria ao advogado o valor de R\$ 135,00 e o patamar mínimo conforme determinado pela sentença que atribui o percentual de 10 % (dez por cento) sobre o valor da condenação de R\$ 675,00, restaria ao advogado, *in casu*, **R\$ 67,50 OU R\$ 47,50 (70% SOBRE OS 10% NO VALOR DA CONDENÇÃO R\$ 675,00)**, os honorários resultariam em valor aviltante, não condizente com o trabalho perpetrado pelo causídico.

Assim, não se pode admitir que os honorários fixados em favor do advogado sejam ínfimos a ponto de sequer atingir o valor de um salário mínimo, de maneira que sua majoração é imperativa, em obediência ao § 8º, art. 85, CPC:

*§ 8º .Nas causas em que for inestimável **ou irrisório o proveito econômico** ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.*

Na hipótese vertente, o valor sugerido, no montante de 01 SALÁRIO MÍNIMO OU SE FOR MUITO ELEVADO MEIO SALÁRIO MÍNIMO, se revela idôneo para remunerar o trabalho advocatício desenvolvido e o empenho despendido pelo causídico, OU SE ESTA RESPEITÁVEL CÂMARA NÃO ENTENDER, QUE ESTE RESPEITÁVEL JUÍZO APLIQUE E OU ARBITRE UM VALOR RAZOÁVEL E DIGNO NA FORMA DO ARTIGO 85, § 8º, DO NCPC.

Dentro deste contexto, ilustrando a correção da compreensão ora defendida, invoca-se os seguintes julgados da Corte do TJRN:

Rua João Pessoa, 198, sala 303, Natal, RN, CEP.: 59.025-500







"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. POSSIBILIDADE. DEMANDA QUE, APESAR DO PROCEDIMENTO SINGELO E DA AUSÊNCIA DE RESISTÊNCIA DO BANCO APELADO AO PLEITO EXORDIAL, CONTOU COM O DEVIDO ESFORÇO E ZELO DOS CAUSÍDICOS DO AUTOR/APELANTE. **ARBITRAMENTO DA REMUNERAÇÃO EM VALORES IRRISÓRIOS. MAJORAÇÃO QUE SE IMPÕE,** A TEOR DO ART. 20 DO CPC. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DA APELAÇÃO INTERPOSTA" (TJRN. Apelação Cível nº 2011.001036-6, Relator Juiz Convocado Fábio Filgueira, j em 01.03.2011). (destaquei)

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. MULTA COMINATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 372/STJ. PRECEDENTES. SUCUMBÊNCIA DEVIDA. DOCUMENTOS REQUERIDOS NÃO EXIBIDOS. **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ESTIPULADOS EM VALORES AVILTANTES. MAJORAÇÃO QUE SE IMPÕE.** RECURSOS CONHECIDOS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA"(TJRN. Apelação Cível nº 2010.011530-2, Relator Desembargador Aderson Silvino, j em 25.01.2011). (destaquei)





EM FACE DO ACIMA EXPOSTO EXCELÊNCIAS, REQUER O SEGUINTE:

1) QUE SEJA JULGADO PELA PROCEDÊNCIA TOTAL OS PEDIDOS AUTORAIS E NÃO PELA PROCEDÊNCIA PARCIAL, pedidos autorais eis que foi requerido em sua petição inicial que *“Seja a ré condenada ao PAGAMENTO da indenização do Seguro Obrigatório – DPVAT, no valor com base no laudo pericial definitivo que será produzido durante a instrução processual da indenização devido ao autor na forma dos artigos 3º, alínea b e 5º parágrafo 1º alínea a, da Lei nº. 6.194/74”*. ID [42537593](#);

2) POR CONSEQUÊNCIA QUE EXIMA O APELANTE DA CONDENAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS RECÍPROCOS;

3) Tendo em vista a condenação dos honorários sucumbenciais serem ínfimos eis que 10 % (dez por cento) sobre o valor da condenação de R\$ 675,00, restaria ao advogado, in casu, R\$ 67,50 OU R\$ 47,50 (70% SOBRE OS 10% NO VALOR DA CONDENAÇÃO R\$ 675,00), REQUER a condenação de honorários sucumbenciais com base no do artigo 85, § 8º do CPC, quando: **Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...)** **§ 8º** Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º, EIS QUE NENHUM ADVOGADO PODE RECEBER

Rua João Pessoa, 198, sala 303, Natal, RN, CEP.: 59.025-500





HONORÁRIOS ÍNFIMOS, SENDO JUSTO QUE ESTA RESPEITÁVEL CÂMARA CONDENE A SEGURADORA A TÍTULO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS O VALOR DA DIFERENÇA, *IN CASU* R\$ 843,75, OU SE ESTA RESPEITÁVEL CÂMARA NÃO ENTENDER, QUE ESTE RESPEITÁVEL JUÍZO APLIQUE E OU ARBITRE UM VALOR RAZOÁVEL E DIGNO NA FORMA DO ARTIGO 85, § 8º, DO NCPC, PARA O TRABALHO DESTE OPERADOR DO DIREITO, PORQUE NOS DIAS ATUAIS O PROFISSIONAL DO ADVOGADO ESTA SENDO EQUIPARADO NÃO MAIS COMO UM PROFISSIONAL LIBERAL E SIM UM OPERÁRIO INTELECTUAL, NA PIOR REMUNERAÇÃO POSSÍVEL QUE ESTE JUÍZO NEM IMAGINA.

*Inclusive este é o entendimento do STJ:*

*BANCÁRIO E PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. MÚTUO. CLÁUSULAS ABUSIVAS. EXAME DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. IMPUGNAÇÃO A CRÉDITO EM CONCORDATA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE NAS HIPÓTESES DE FIXAÇÃO, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, EM VALOR ÍNFIMO OU EXAGERADO. - Não se conhece do Especial que se assenta em negativa de vigência de dispositivo da Constituição Federal, tema afeito à competência do Supremo Tribunal Federal. - É inadmissível o recurso especial deficientemente fundamentado.*

Rua João Pessoa, 198, sala 303, Natal, RN, CEP.: 59.025-500



**Escritório de Advocacia Dr Rocco Meliande Neto**  
**OAB/RN3384-B** Cível, Trabalhista, Previdenciário, Criminal, DPVAT,  
**Empresarial, Juizados Especiais Tributário**

e-mail [roccomneto@hotmail.com](mailto:roccomneto@hotmail.com) TEL: 988895797(OI) e 994111088(CLARO)



*Aplicável à espécie a Súmula 284, STF. - Não se conhece do recurso especial, pela divergência, quando não comprovado o dissídio jurisprudencial nos moldes legal e regimental. - Não se admite o exame de ofício de cláusulas contratuais pelo Tribunal de origem. Princípio do 'tantum devolutum quantum appellatum'. - **É possível a revisão, no STJ, do valor arbitrado pelo Tribunal de origem a título de honorários advocatícios, com fundamento no art. 20, § 4º, em hipóteses excepcionais, em que a quantia tenha sido fixada em valor ínfimo ou exagerado. Precedentes. - Se a verba honorária não corresponde a sequer 1% do valor da causa, deve a mesmo ser considerada irrisória.** Recurso especial da massa falida provido e do BNDES parcialmente provido. (STJ - REsp: 962915 SC 2007/0142033-1, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 09/12/2008, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/02/2009)*

**TERMOS EM QUE, PEDE DEFERIMENTO.**

**NATAL, 23 de junho de 2020**

**DR ROCCO MELIANDE NETO OAB/3.384-B**

Rua João Pessoa, 198, sala 303, Natal, RN, CEP.: 59.025-500

